

fuc 8

Acordo beneficiará professores

BRASÍLIA — Os professores universitários também terão direito a aposentadoria especial, aos 30 anos de trabalho para o homem e aos 25 anos para a mulher, a exemplo do que conseguiram os docentes do 1º e 2º graus, na primeira fase de votações. Este, pelo menos, foi o acordo fechado entre as lideranças partidárias que estão negociando o capítulo que trata da seguridade.

Nenhum outro item, até agora, havia conseguido reunir tanto consenso como essa questão, que recebeu o maior número de emendas — 40 — para o segundo turno de votações da Constituinte.

Apesar do apelo do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para que sejam poucos os pontos sem acordo, acelerando os trabalhos, pelo menos oito itens serão decididos no voto: exclusão das riquezas do subsolo como bens da União; distribuição de gás canalizado; supressão da nacionalização da exploração de minérios; destinação dos recursos públicos; aposentadoria proporcional aos 30 anos de trabalho para o homem e aos 25 anos para a mulher; comercialização do sangue e seus derivados; desapropriação da propriedade produtiva para fins de reforma agrária; e voto aos 16 anos.

VOTAÇÃO EM BLOCO

Para adiantar o processo de seleção das emendas, foram criados na terça-feira cinco subgrupos, formados por representantes dos diversos partidos. Uma de suas tarefas será eliminar as emendas que não têm nenhuma chance de aprovação. Não é uma tarefa simples: só no primeiro subgrupo, que cuida da tributação, orçamento, finanças, organização dos Estados e poderes e defesa do Estado, foram avalladas até agora apenas as cerca de 80 emendas referentes aos artigos de 18 a 24 que tratam da organização dos Estados.



André Dusek/AE

Ulysses não vê como evitar votação

Os artigos sem chances de acordo

- Voto aos 16 anos
- Subsolo como bem da União
- Distribuição de gás canalizado
- Nacionalização da exploração de minérios
- Destinação dos recursos públicos
- Aposentadoria proporcional
- Comercialização do sangue
- Desapropriação da propriedade produtiva

Pontos polêmicos em negociação

● Exploração por empresas estatais ou sob seu controle dos serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados. O Centrão quer permitir que empresas privadas possam explorar tais serviços.

● Censura indicativa para programas de rádio e televisão. O PFL quer retirar do texto.

● Organização do abastecimento agropecuário. O texto é estatizante, segundo o Centrão, que quer alterá-lo.

● Definição de empresa nacional. O Centrão quer acabar com restrições ao capital estrangeiro.

● Prioridade de empresas de capital nacional na aquisição de bens e serviços. O Centrão quer eliminar a restrição.

● Desapropriação da propriedade urbana. A esquerda não quer que estejam sujeitas à desapropriação áreas subutilizadas e alega que a definição é subjetiva. Quer que não haja critérios sucessivos para desapropriação, mas que a desobediência de qualquer destes critérios seja suficiente para a desapropriação.